TL1329-50

CAMINHOS DE SOLIDARIEDADE

Maria Alfreda Ferreira da Fonseca

Associação "A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE"

Comunicação às

V Jornadas de Timor da Universidade do Porto

18 anos passados sobre a invasão de Timor pela Indonésia, em 7 de Dezembro de 1975, impõe-se uma reflexão sobre os caminhos trilhados pela solidariedade ao longo destes anos de luta, de morte e de esperança do Povo Timorense.

Contexto da noção de solidariedade

Em primeiro lugar, qual é o âmbito da própria noção de solidariedade? Qual o seu conteúdo, quais as suas formas, quais os seus objectivos e motivações?

Sobre este conceito, concretizado de formas plurais e diversificadas ao longo dos tempos, temos simultaneamente a vertente internacional e a portuguesa e, ainda, as acções pontuais, os projectos de acção específica e propriamente os grupos e associações de carácter permanente normalmente designados por organizações não governamentais, ainda que nem sempre tenham esta configuração oficial, podendo ou não ser exclusivamente dedicados à causa de Timor.

Ao longo do tempo estes tipos de solidariedade com o povo timorense, foram - pela sua variedade multifacetada - uma forma de exercício de intervenção cívica e política cujos efeitos se espera possam ter feito ecoar o grito de Timor para além do muro de silêncio da indiferença internacional e até mesmo portuguesa em algumas épocas

Solidários nos princípios, diversos nas acções

Solidariedade com quê? E solidariedade porquê?

Eis algumas questões que precisam de um aprofundamento consistente, caso contrário o trabalho realizado perde sentido e esgota-se em s i mesmo.

A delimitação do conceito de solidariedade com o Povo de Timor tem sido, por vezes, fonte de mal entendidos quer entre não timorenses envolvidos na questão, quer entre os próprios timorenses e as suas organizações representativas.

Se numa primeira fase a solidariedade óbvia era com aqueles que lutavam, em Timor e no exterior, contra o invasor, a própria evolução da situação da resistência no terreno progressivamente supra-partidária e efectivamente nacional, veio entrever um novo espaço ideológico, menos marcado pelo discurso político-partidário e mais vincadamente de carácter nacionalista - no sentido positivo que este conceito também tem - permitindo uma distância maior relativamente aquilo que alguns pensavam ser o papel da solidariedade: com pouca autonomia própria na concepção e na determinação de acções prioritárias em questões quer políticas, quer humanitárias que envolvessem Timor.

Ultrapassada esta hipótese de modelo dependente que de facto quase nunca funcionou, as condições da luta no interior reforçaram a tendência patente no exterior de uma solidariedade clara quanto aos princípios fundadores da causa timorense: o direito à autodeterminação e consequentemente à independência se for esse o desejo manifestado pela população

Timor em referendo supervisionado pela ONU, em eleições livres e democráticas longe do olhar do ocupante. É aliás o preceito constitucional português.

É de referir nesta mudança qualitativa dos movimentos de solidariedade, a importância da liderança do comandante Xanana Gusmão que nas suas múltiplas mensagens recolocou ao nível dos princípios do Direito Internacional a base sobre a qual todo o trabalho pela causa timorense deve ser assente.

Os últimos dez anos mostram bem a justeza deste posicionamento, pois permitiu uma unidade no essencial: os princípios e uma diversidade e complementaridade criativa e dialéctica nas mediações utilizadas.

O poder mobilizador das causas justas

A legitimidade das actividades dessa ampla rede que designamos por solidariedade, vem não apenas do reconhecimento pelos próprios timorenses das acções empreendidas pela autodeterminação de Timor como, também, do substracto ideológico comum, os princípios básicos atrás mencionados, comuns a portugueses, a timorenses ou a qualquer outra nacionalidade.

Se não fosse por Timor, seria por outras causas igualmente justas que toda esta gente desenvolveria acções de solidariedade. É que, como afirma o Prof. Adriano Moreira, não há "povos dispensáveis" e, por isso mesmo, importa partilhar perspectivas político-ideológicas e acções consequentes, em qualquer canto do mundo.

Inicialmente, a solidariedade era marcada pela conotação ideológica, na primeira etapa da resistência timorense, mas, a criação da convergência nacionalista marcou na vertente externa um alargamento do campo de referência. Acaso talvez, ares do tempo certamente, mas para todos os efeitos as gentes que progressivamente se envolveram na solidariedade deixaram de ter o clássico perfil do militante da década de setenta, embora estes tenham o privilégio de serem os esteios sobre os quais assenta um considerável número de grupos e acções solidárias.

Com a evolução dos últimos anos, Timor tornou-se um caso de consciência, política e humana e, a esse nível, congregou boas vontades, por vezes com pequenos passos mas, sempre com uma certeza de que um rio se constitui com muitas e pequenas gotas de água. São elas a corrente que engrossando o leva a desaguar no mar. Neste caso um mar de justiça, de respeito pelos direitos dos povos, pela vida digna de cada um na sua própria pátria e livre.

O efeito do massacre de Santa Cruz

Uma etapa particular resultou da publicidade dada ao massacre de Santa Cruz. O poder das imagens televisivas fez mais do que muitas moções resoluções de organismos internacionais.

Timor tornou-se então uma questão nacional para os portugueses. Não apenas para a geração que assistiu à descolonização em 1974/75, mas sobretudo para os jovens. Ignorando à partida o que se passou na altura da invasão, foram confrontados com o problema na sua magnitude: nacional e internacional, no jogo das superpotências, dos interesses geoestratégicos das áreas de influência; de 1975 até hoje, com as vicissitudes da questão na frente interna e na externa.

Descobriu-se uma nova ilha no pós-massacre, um povo inteiro que luta pela sobrevivência e dignidade. Foi uma lição de História, de Geografia e de Política Internacional que gerou uma resposta em catadupa. Todos querem fazer "qualquer coisa por Timor". Mas como?

Eis que o recurso aos grupos de solidariedade mais antigos serviu para aprofundar os temas, recolher informação, tentar compreender a complexidade da questão, para além do primeiro apelo da sensibilidade. E fazer, então fazer coisas com significado e eficácia.

Talvez grande parte destas acções tenham tido sobretudo interesse para os seus participantes, formaram e são hoje um micro-cosmos de compreensão e intervenção na cena internacional, uma escola de democracia gerindo as expectativas da nova geração para a construção de um mundo mais justo onde Timor tenha um lugar.

A característica típica deste estilo de movimentação solidária por Timor é a descoberta da questão e a sua divulgação. São formas de levar a informação sobre Timor mais longe, a mais gente. Iniciar um processo de consciencialização sobre a matéria. Depois, realizar acções pontuais de apoio a Timor; recolhas de assinaturas, pequenas manifestações, sessões públicas e actividades do género. Nem sempre as acções levaram a uma finalização consequente. Se ficam apenas pela informação correm o risco de aumentar a sensação de frustração de muitos para quem Timor é apenas uma tragédia sem saída. Importa que a solidariedade aponte pistas de participação activa de forma a responder pela positiva ao perigo da sensação de impotência de sectores da população.

Acções pontuais são efectivamente uma forma de apoiar aqueles que em Timor resistem. Importa pois descobrir as mediações possíveis

Novas plataformas para Timor

Um interessante aspecto da solidariedade com Timor nos dois últimos anos foi sem dúvida o caso das diferentes plataformas que se constituíram para realizar acções pontuais, seja relembrar o massacre de Santa Cruz ou comemorara o 7 de Dezembro ou lançar uma convenção sobre Timor. Tanto ou mais do que as iniciativas em si, há que valorizar a capacidade de diálogo entre organizações tão diversas como as grandes centrais sindicais, os movimentos da Igreja, as organizações juvenis e cívicas de diferentes tipos que se congregaram para fazerem acções comuns.

Desde os tempos da revolução de 1974 que uma prática democrática tão alargada não se encontrava no mesmo terreno para agir em conjunto sem hegemonias. Os frutos dessa intervenção cívica organizada são simultaneamente para Timor e para o tecido social português em que este tipo de intervenções tem tido lugar.

Denúncia das violações dos Direitos Humanos

Um outro campo de acção tem sido desde sempre a questão dos Direitos Humanos. Uma grande parte das actividades sobre Timor resultam da denúncia de repetidas e graves violações dos mais elementares direitos humanos.

Fazendo ou não a ligação da violação desses direitos com a situação de ocupação ilegal do território pela Indonésia, ou seja situando-se apenas na dimensão humanitária ou fazendo a sua interpretação política como consequência da ausência de autodeterminação, a solidariedade não tem descurado a veemente denúncia das atrocidades que se passam em Timor-Leste.

Divulgando listas de presos, de desaparecidos, de massacrados, seguindo passo a passo os julgamentos-farsa organizados pelo invasor, agindo sobre casos concretos de gente concreta cujos direitos elementares são ameaçados, são algumas das várias vertentes de acção no campo dos Direitos Humanos.

A representação internacional, particularmente na Subcomissão de Minorias e na Comissão de Direitos Humanos da ONU, tem sido igualmente um contributo para a denúncia do que se passa em Timor e uma forma eficaz de pressão sobre a Indonésia.

A qualidade e quantidade de informação muito concreta e credível tem aumentado ao longo dos anos. Os timorenses do interior têm sido extremamente criativos na forma de fazer chegar os casos a denunciar. De qualquer forma e infelizmente nunca tem faltado matéria para denunciar atrocidades no campo dos direitos fundamentais em Timor.

A prisão do comandante Xanana criou a conjuntura necessária para a existência de um novo tipo de organização de Direitos Humanos congregando timorenses e portugueses na defesa dos presos políticos timorenses. A "Comissão Liberdade para Xanana, Liberdade para Timor" é assim uma nova plataforma de intervenção no campo da denúncia e das acções relativas a presos timorenses. A recolha sistemática de informações junto da comunidade timorense na diáspora é um veículo para o aprofundamento da intervenção desta Comissão assim como a informação directa vinda dessa enorme prisão que é Timor.

No contexto das famílias de presos timorenses começa pouco a pouco a surgir a necessidade de explorar devidamente esse ângulo da questão como forma de aumentar a pressão internacional sobre a Indonésia. É um trabalho delicado pois as represálias sobre timorenses do interior são um perigo conhecido. Mas, as várias frentes em que a denúncia das arbitrariedades sobre os timorenses é manifestada reforça a capacidade de intervenção das diferentes organizações de solidariedade.

No interior de Timor nas prisões, em território indonésio ou onde quer que se encontrem timorenses, os seus direitos humanos não são esquecidos pelo mundo.

Cabe à solidariedade internacional fazer ecoar esta denúncia para que a situação mude e enfim se possa afirmar que A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE. Juntos na diversidade dos modos de ser e de agir, é sem dúvida possível.

Lisboa, 22 de Julho de 1993